

Não há no Estado, mas há no partido?

Folha de salários do partido Frelimo mostra pagamento de 13.º salário aos seus funcionários

O partido Frelimo diz que o documento é falso e visa colocar o povo contra Filipe Nyusi. Mas não desmente o pagamento do 13.º salário aos funcionários da sua máquina partidária este ano. Em Novembro, a Frelimo distribuiu viaturas de luxo orçadas em cerca de 120 milhões ao seu Secretariado Executivo.

Maputo **Canalmoz** – Um dia depois de o Presidente da República, Filipe Nyusi, ter anunciado na Assembleia da República que, este ano, não haverá pagamento do 13.º salário aos funcionários públicos, por falta de dispo-

nibilidade financeira, o que gerou um coro de grande indignação dos milhares de funcionários públicos, um documento colocado a circular na internet aumentou a fúria na Função Pública. É uma folha de salários, aparente-

mente autêntica, do Comité Central do partido Frelimo referente à província da Zambézia, em que está previsto o pagamento do ordenado do mês de Dezembro e o respectivo 13.º salário aos cerca de trezen-

Auditoria interna no CEDSIF

Três gestores do sistema de pagamentos do Estado detidos por fraude

Maputo **Canalmoz** – O Gabinete Central de Combate à Corrupção anunciou, na quarta-feira, 21 de Dezembro, a detenção de três funcionários do Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação e Finanças, indiciados da prática dos crimes de corrupção passiva para acto ilícito, corrupção activa, abuso de cargo ou função, peculato,

participação económica em negócio e uso de documento falso, que culminaram com o saque de cerca de seis milhões de meticais dos cofres do Estado.

Um comunicado do Gabinete Central de Combate a Corrupção diz que, na sequência de uma sindicância interna, o Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação e Finanças reportou

este facto envolvendo três funcionários seus numa fraude em que os mesmos, em conluio com o titular de uma empresa contratada pela instituição, atestaram o recebimento do objecto do contrato, o que gerou o pagamento do valor correspondente, sem que, no entanto, o fornecedor tivesse prestado o serviço. “Porque os factos patentes no re-



Publicidade

DA FAMÍLIA STANDARD BANK PARA A SUA FAMÍLIA

BOAS FESTAS E UM PRÓSPERO ANO NOVO

Standard Bank. É POSSÍVEL



WWW.GRINGOJEANS.COM

tos trabalhadores da máquina partidária da província da Zambézia, nos vinte e dois Comités Distritais.

Segundo o referido documento, o partido Frelimo vai pagar cerca de seis milhões de meticaís em salários de Dezembro e o respectivo salário a cerca de 290 funcionários partidários, o que quer dizer que a massa salarial mensal da máquina partidária na Zambézia é de cerca de três milhões. Se calcularmos com base nesses números, conclui-se que o partido Frelimo vai pagar, em todo o país, cerca de 66 milhões de meticaís em salários de Dezembro e 13.º salário.

Com base nesses mesmos números, tendo em conta os onze Comités Provinciais, o partido Frelimo gasta, por ano, em salários da sua máquina administrativa, cerca de 429 milhões de meticaís.

O partido Frelimo tem actividades económicas através da SPI, que faz negócios duvidosos e, muitas vezes, quase ilegais com o Estado.

Logo que esse documento saiu a público, devidamente assinado por Alfredo Elias Mabunda, na qualidade de chefe dos Recursos Humanos, o partido Frelimo emitiu um comunicado dúbio a desmentir a veracidade da folha de salários, que até tem carim-

bo do partido Frelimo. O comunicado do partido Frelimo apenas diz que a folha de salários que foi posta a circular é falsa porque alguns nomes que constam na referida folha cessaram, e outros perderam a vida. Segundo o partido Frelimo, dos 290 funcionários que constam na referida lista, cinco cessaram, e cinco perderam a vida. “Oo partido Frelimo na Zambézia distancia-se, condena e desencoraja esta atitude que tenta manchar o bom nome do partido e do camarada Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da Frelimo e da República de Moçambique, daí que afirmamos que o documento não é da Frelimo, é falso”, lê-se no comunicado que chegou à nossa Redacção. Mas o referido comunicado não desmente o pagamento do 13.º salário no partido Frelimo. Diz apenas que dez dos 290 nomes que constam na referida folha já não são funcionários do partido Frelimo.

De onde vem tanto dinheiro da Frelimo?

Recorde-se que, em Novembro deste ano, o partido Frelimo fez uma aquisição faustosa: uma frota luxuosa de dezassete viaturas topo de gama para dezassete funcionários superiores desse partido. São viaturas das marcas “Nis-

san Patrol”, “Toyotas” e “Land Cruiser”. Cada uma dessas viaturas custou cerca de sete milhões de meticaís.

As viaturas foram atribuídas aos seis membros do Secretariado do Comité Central, nomeadamente, Roque Silva (secretário-geral), Ana Comoana (secretária do Comité de Verificação do Comité Central), Ludmila Maguni (porta-voz do partido Frelimo), Isalde das Neves, João Muchine e Sónia Macuvele.

Outras onze viaturas foram para os primeiros-secretários provinciais, nomeadamente, Artur Nanliche-Muchopa (Niassa), José Kalime (Cabo Delgado), Luciano de Castro (Nampula), Paulino Lenço (Zambézia), Gonçalves Gemusse (Tete), Tomás Chitlango (Manica), Luís Nhanzonzo (Sofala), Daniel Mavele (Gaza), Avelino Muchine (província de Maputo) e Razaque Manhique (cidade de Maputo). O primeiro-secretário provincial de Inhambane ainda não havia sido eleito.

A distribuição de viaturas aconteceu numa altura em que a maioria da população moçambicana enfrenta dificuldades para prover às suas necessidades básicas, como alimentação, habitação, saúde e transporte. (Redacção)

ferido relatório indiciassem a prática de ilícitos criminais, foi instaurado o processo n.º 21/114/P/GCCC/2022, a coberto do qual foram constituídos cinco arguidos, de entre eles quatro pessoas singulares e uma jurídica, daqueles, três funcionários do CEDSIF e um titular da empresa, igualmente constituída arguida nos autos”, lê-se no comunicado do Gabinete Central de Combate à Corrupção.

Segundo o comunicado, a investigação empreendida permitiu apurar que, para conseguirem os seus intentos, fabricaram um documento, assinando em como o equipamento tinha dado entrada nos armazéns do Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação e Finanças, o que se mostrava falso.

Por causa desse acto, o Centro de Desenvolvimento de Sistemas de In-

formação e Finanças foi prejudicado em 5.972.142,15 meticaís, correspondentes ao valor pago ao fornecedor por conta do fornecimento inexistente.

Cumpridas as formalidades legais, foram os mesmos submetidos ao primeiro interrogatório, tendo o juiz fixado competentes medidas de coacção, entre as quais a de prisão preventiva e liberdade provisória mediante pagamento de caução. (Cláudio Saute)

inBR1

Base de dados dos diplomas legais publicados no Boletim da República de Moçambique, I série, a partir de 25 de Junho de 1975

www.inbr1mz.com

Assine já!

Peça uma cotação:

helpdesk@panbox.co.mz

OU

+ 258 21308040/41

+ 258 823146330

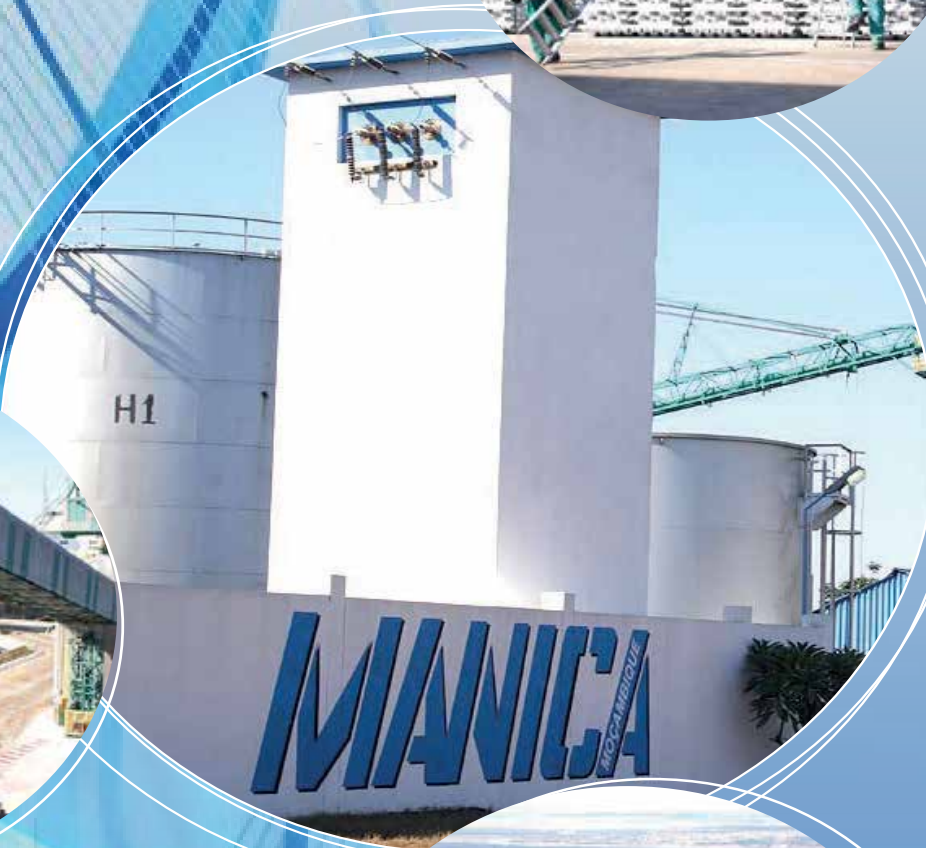
+ 258848997399

inBR3

Base de dados dos Anúncios de constituição de entidades legais em Moçambique publicados no Boletim da República, III Série, a partir de 25 de Junho de 1975

www.inbr3mz.com

MANICA
CORPORATIVA
MANICA MOÇAMBIQUE TERMINAIS, LIMITADA
**EMPRESA NACIONAL
AO SERVIÇO DA NAÇÃO**



**EMPRESA NACIONAL
AO SERVIÇO DA NAÇÃO**

Encerramento da VI Sessão Ordinária da AR

MDM diz que manutenção da tropa estrangeira pode ter implicações nos Direitos Humanos, nas contas públicas e na estratégia de defesa territorial

Maputo **Canalmoz** – As tropas do Ruanda e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral que estão desde Julho de 2021 em Moçambique continuam em Moçambique por tempo indeterminado. A previsão inicial era que as duas forças permanecessem em Moçambique durante três meses prorrogáveis, mas já estão há mais de um ano. Recentemente, a União Europeia aprovou uma verba de 20 milhões de euros para financiar a tropa ruandesa, e o dinheiro foi directo para as contas de Kigali.

Apesar de se reconhecer o contributo das forças estrangeiras, começa a haver preocupação por parte dos moçambicanos, sobretudo porque não há transparência sobre os ganhos reais dos países de origem dessa tropa.

“A presença de tropas estrangeiras no território nacional tem que ter uma projecção a curto prazo, com vista a transferir as competências, capacidades e o saber-fazer para a parte moçambicana”, afirmou o chefe da bancada parlamentar do Movimento Democrático de Moçambique, Lutero Simango (que é presidente deste partido), na sessão de encerramento dos trabalhos da VI Sessão Ordinária da IX Legislatura da Assembleia da República.

Lutero Simango disse que a longa permanência destas tropas poderá ter implicações no campo dos Direitos Humanos, nos custos de manutenção e na estratégia da defesa territorial.

Lutero Simango disse também que o MDM reconhece o papel determinante destas forças em auxílio das Forças Armadas de Moçambi-

que no combate ao terrorismo no Norte de Moçambique e o apoio e a solidariedade da comunidade internacional na luta contra o terrorismo.

Não se pode ignorar os médicos

Lutero Simango abordou também a polémica sobre a Tabela Salarial Única e os seus efeitos na classe médica, chamando atenção para a necessidade de se ouvir a preocupação dos médicos.

“Muitos abrangidos por esta Tabela têm manifestado insatisfação, como é o caso dos médicos, professores e docentes universitários, funcionários públicos e membros de Forças da Defesa e Segurança”, disse Lutero Simango.

Relativamente aos médicos que continuam em greve, Lutero Simango considera que a greve dessa classe não pode ser vista de forma isolada.

“Ela é a parte mais visível duma reivindicação que se tornou generalizada. Outros, de forma silenciosa, optaram por não prestar serviços de qualidade”, afirmou.

Porque a greve está a prejudicar grandemente os pacientes, o MDM exorta o Governo e aos próprios médicos para mais diálogo construtivo, que garanta a manutenção de todos os subsídios e um enquadramento salarial que permita aos médicos desenvolverem as suas actividades com mais motivação e entrega ao trabalho.

Custo de vida

Com o custo de vida a subir de forma galopante, o MDM defende políticas fiscais mais acertadas, com vista a aliviar esta situação; reanimar e incentivar a economia das pequenas e médias empresas e do sector familiar e do mercado em geral.

O MDM defende a redução de impostos e a eliminação de subsídios selectivos para a criação de condições para que as famílias comecem a ter poder de compra para a satisfação das necessidades básicas.

Segundo o MDM, os incentivos fiscais devem existir para imprimir uma dinâmica no sector produtivo, através de aquisição de equipamentos agro-pecuários, importação de tecnologia e conhecimento, modernização de pequenas e médias empresas, com vista ao aumento de postos de trabalho e criação de oportunidades.

Urge criar o Fundo Soberano

Na Bacia do Rovuma, a partir da plataforma flutuante, já foi feito o primeiro carregamento do gás, mas pouco se sabe sobre as quantidades que foram exportadas e os ganhos para o país.

“Os discursos triunfalistas e de glória em torno do início da exportação do nosso gás natural sem que publicamente se saiba as verdadeiras quantidades exportadas, rendas, receitas desta operação e como serão aplicadas vão ser uma ilusão e maldição para a Nação inteira”, afirmou Lutero Simango e defendeu a criação urgente do Fundo Soberano. “As receitas desse gás, sem a existência de um Fundo Soberano, estarão à deriva e serão geridas a bel-prazer de um grupinho, sem transparência e sem fiscalização de uma autoridade credenciada”, disse.

“Urge a criação de um Fundo Soberano com a participação da sociedade civil bem como de actores políticos com a legitimidade democrática e forças vivas do país. Todos têm uma palavra a dizer nesta empreitada”, afirmou. **(André Mulungu)**

Revisão constitucional para adiar eleições distritais: uma oportunidade para acomodar terceiro mandato?

Maputo **Canalmoz** – O Presidente da República, Filipe Nyusi, disse, na terça-feira, 20 de Dezembro, durante a apresentação do seu informe sobre a situação geral da Nação, que vai criar, em 2023, uma Comissão para reflectir sobre a viabilidade, ou não, da realização das eleições distritais em 2024, como prevê o n.º 3 do Artigo 311 da Constituição da República.

O adiamento das eleições distritais só é possível com uma revisão da Constituição da República, algo que é possível fazer de duas formas. Nos termos do Artigo 301 da Constituição da República, a Constituição só pode ser revista cinco anos depois da entrada em vigor da última lei de revisão, salvo deliberação de assunção de poderes extraordinários de revisão, aprovada por maioria de três quartos dos deputados da Assembleia da República.

A Lei de Revisão da Constituição da República foi aprovada em 23 de Maio de 2018. Em 11 de Junho de 2018, Filipe Nyusi promulgou e mandou publicar no Boletim da República. Tendo em conta que a Lei de Revisão entrou em vigor na data da sua publicação, em 11 de Junho de 2023 completa cinco anos. A partir daí, pode se iniciar um processo de revisão, que pode ser da iniciativa do Presidente da República ou de

um terço dos deputados, nos termos do n.º 1 do Artigo 299 da Constituição da República. Segundo o n.º 1 do Artigo 303 da Constituição da República, as alterações da Constituição são aprovadas por maioria de dois terços dos deputados.

“Para melhorar preparar as eleições distritais, iremos criar no próximo ano um grupo consultivo de eleições envolvendo todas as sensibilidades da sociedade”, disse Filipe Nyusi, tendo recebido fortes aplausos dos deputados da bancada parlamentar da Frelimo.

Segundo Nyusi, o grupo terá o trabalho de fazer uma reflexão “fundamentada sobre a pertinência, ou não, das eleições distritais em 2024”.

E acrescentou que o resultado dessa reflexão será submetido à Assembleia da República para decisão final.

O **Canalmoz** sabe que a vontade da Frelimo é que não haja eleições em 2024. O Governo não tem dinheiro, mas também quer ganhar tempo para preparar a máquina da fraude para assegurar que a oposição não consiga eleger administradores distritais.

Levar o assunto para a Assembleia da República significa a sua aprovação pela Assembleia da República, pois a bancada parlamentar da Frelimo detém a maioria, incluindo para a revisão da Constituição da República.

Oportunidade para acomodar o terceiro mandato?

O n.º 3 do Artigo 146 da Constituição da República estabelece que o mandato do Presidente da República é de cinco anos. Nos termos do n.º 4 do Artigo 146, só pode ser reeleito uma vez. Filipe Nyusi já foi reeleito uma vez em 2019. Mas anda um debate segundo o qual Nyusi está interessado num terceiro mandato. Nyusi nunca disse se quer ou não um terceiro mandato. Castigo Langa, um quadro superior da Frelimo tentou abordar este assunto, mas terminou inimigo de Nyusi. E agora tem um processo disciplinar às costas. Há quem diga que Nyusi pode estar a ver uma oportunidade para rever o limite de mandatos, quando e se a Constituição da República for a revisão para o adiamento das eleições distritais.

A última revisão da Constituição da República foi feita no contexto da descentralização, uma exigência da Renamo, que não reconhecia os resultados eleitorais de 2014, alegando fraude, foi revista a Constituição da República para acomodar a eleição dos governadores provinciais e dos administradores distritais.

À luz dessa revisão, de Maio de 2018, os governadores provinciais são eleitos desde as eleições de 2019. Agora, faltam as eleições distritais. **(André Mulungo)**

inBR1

Base de dados dos diplomas legais publicados no Boletim da República de Moçambique, I série, a partir de 25 de Junho de 1975

www.inbr1mz.com

Assine já!
Peça uma cotação:
helpdesk@panbox.co.mz

ou

+ 258 21308040/41
+ 258 823146330
+ 258848997399

inBR3

Base de dados dos Anúncios de constituição de entidades legais em Moçambique publicados no Boletim da República, III Série, a partir de 25 de Junho de 1975

www.inbr3mz.com

Quadra festiva

CTA pede aos fornecedores de bens e serviços para não inflacionarem os preços

Maputo **Canalmoz** – O presidente do pelouro do Turismo, Hotelaria e Restauração na CTA, Mohammad Abdullah, apelou aos fornecedores de bens e serviços para não inflacionarem os preços, especialmente dos bens de primeira necessidade, de modo a permitir que todos os moçambicanos possam passar a quadra festiva em condições aceitáveis.

Mohammad Abdullah falava à imprensa ontem, 21 de Dezembro, por ocasião do início da quadra festiva. Disse que os operadores turísticos devem manter os preços acessíveis para que mais turistas possam desfrutar dos serviços fornecidos pelos empreendimentos turísticos.

“Gostaríamos de apelar aos nossos parceiros da Polícia de Trânsito, em particular, para que, de

forma prudente, recebam com carinho os nossos visitantes nacionais e estrangeiros”, afirmou.

Visto electrónico vai aumentar o número de turistas

Por outro lado, Mohammad Abdullah disse que o portal E-Visa, tem facilitado o acesso de cidadãos estrangeiros para visitar Moçambique, o que traz um impacto significativo sobre o aumento do número de turistas e redução do tempo de espera relativo à emissão do visto.

“Se, antes, os turistas que solicitavam o visto tinham de esperar um mês ou mais pela sua autorização para entrar em Moçambique, hoje os mesmos turistas só esperam cinco dias. Embora a introdução desta plataforma traga benefícios para o país,

é importante ter em consideração os desafios a que os funcionários nas fronteiras estarão expostos”, disse.

Segundo o presidente pelouro do Turismo, Hotelaria e Restauração na CTA, os funcionários nas fronteiras devem melhorar a qualidade do atendimento, e, para tal, é importante a capacitação técnica dos funcionários públicos para responderem à procura, e a capacitação do pessoal deve ser feita de forma contínua e paulatina, uma vez que os funcionários lidam com tecnologia e, ao mesmo tempo, documentos importantes e sensíveis.

Disse também que o Serviço Nacional de Migração deve ter uma equipa altamente qualificada para dar vazão aos pedidos em tempo recorde. **(Neuton Langa)**

Segundo o Presidente da República

“A situação geral da Nação é de estabilização e de renovado optimismo face aos desafios internos e externos”

Maputo **Canalmoz** – O Presidente da República, Filipe Nyusi, apresentou o seu terceiro informe sobre a situação geral da Nação, na Assembleia da República, na terça-feira. No primeiro informe, em 2020, disse que o Estado Geral da Nação era de “resposta inovadora e renovada esperança”. Em 2021, descreveu a situação da Nação como tendo evoluído “para um estado de auto-superação, reversão às tendências negativas e con-

quista da estabilidade económica”.

Neste ano, Nyusi afirmou: “A situação geral da Nação é de estabilização e de renovado optimismo face aos desafios internos e externos”. Segundo Nyusi, 2022 foi um ano de trabalho, estabilidade política, de pacificação, credibilidade, governação sustentável e de projecção além-fronteiras.

O informe, que levou cerca de duas horas a ser lido, deixou de lado muitas questões. Por exemplo,

Filipe Nyusi ignorou completamente a questão dos médicos que, neste momento, estão em greve. E não houve qualquer explicação sobre a decisão da União Europeia de colocar 20 milhões de euros nas contas de Kigali para financiar a operação da tropa ruandesa que combate o terrorismo em Cabo Delgado.

Terrorismo em Cabo Delgado

Relativamente ao combate ao terrorismo em Cabo Delga-

do, Filipe Nyusi seguiu a agenda de triunfalismo adoptada pelo Governo nos últimos tempos.

“Ainda ontem [segunda-feira], um grupo de jovens das Forças Especiais interrompeu uma tentativa na zona de Nangade. O inimigo sofreu baixas e desapareceu, mas está a ser perseguido até à zona onde se refugiou”, informou Filipe Nyusi.

Os ataques terroristas já provocaram quatro mil vítimas mortais e cerca de um milhão de deslocados.

Desarmamento, desmobilização e reintegração

No que diz respeito ao processo de desarmamento, desmobilização e reintegração, quase vinte e quatro horas depois de notícias de um suposto boicote ao encerramento da Base Central da Renamo em Sofala, Nyusi fez um relatório do que foi feito até hoje. Segundo Nyusi, foram encerradas três bases este ano, faltando resolver a questão das pensões. Relativamente às pensões,

Nyusi afirmou: “Em conjunto com a Renamo, estamos a estudar uma forma sustentável de instituir a pensão para este grupo de moçambicanos, para que os nossos compatriotas possam a integrar a sociedade de forma digna e produtiva sem terem de viver distantes das suas famílias”.

O processo de desarmamento, desmobilização e reintegração já está na recta final.

Tabela Salarial Única

Relativamente à TSU, Filipe Nyusi repetiu as razões que levaram o Governo a decidir pela sua implementação, sendo de destacar a eliminação dos desequilíbrios salariais.

Mas este é um argumento falso, porque os desequilíbrios continuam.

Sobre o combate à corrupção, Nyusi disse que, em 2023, será mais implacável. Sobre o combate aos raptos, repetiu o relatório que a ministra do Interior foi prestar à Assembleia da República na sessão de perguntas ao

Governo. Falou também na Unidade Anti-Raptos, que, segundo as suas palavras, está a ser criada num ambiente muito fechado.

Funcionários públicos sem décimo terceiro salário

Em ano de “estabilização e de renovado optimismo face aos desafios internos e externos”, Filipe Nyusi decidiu não pagar o décimo terceiro salário aos funcionários e agentes do Estado, alegadamente por causa da pressão que a introdução da TSU e os respectivos retroactivos fazem sobre o Orçamento de Estado.

“Atendendo a esta sobrecarga e à necessidade de responder a imperativos nacionais prementes, que incluem os esforços de estabilização no Norte de Moçambique, lamentamos informar que, neste ano, estamos impossibilitados de bonificar os funcionários públicos com o décimo terceiro salário”, informou Nyusi. **(André Mulungu)**

Carlos Mondlane eleito presidente da União Internacional de Juizes da CPLP

Maputo **Canalmoz** – Carlos Mondlane presidente da Associação Moçambicana de Juizes foi eleito, na segunda-feira, 19 de Dezembro, em Lisboa, Portugal, presidente da União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa.

Carlos Mondlane disse que Moçambique sai a ganhar por poder buscar as melhores práticas do universo da lusofonia para o seu ordenamento jurídico.

“Interessa-nos consolidar a independência do judiciário em Moçambique pela articulação com o judiciário de outros países. A nível internacional, queremos apostar na mobilidade dos magistrados no espaço lusófono”, disse.

Segundo Carlos Mondlane, com a sua eleição possivelmente se poderá ter muitas acções de formações e uma padronização de elevada qualidade, que todos os juizes deveriam ter.

“Reclamamos, em Moçambique, que o acesso aos Boletins da República é difícil, principalmente para quem se encontra fora da cidade e Maputo e da província de Maputo. Apesar de o Conselho de Ministros ter decretado a sua gratuitidade, não é fácil consultar as leis, porque a plataforma funciona deficientemente”, afirmou.

Carlos Mondlane faz uma comparação com os demais membros da CPLP, dizendo que essa questão

diz respeito a Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e outros, com excepção de Portugal e Brasil, onde a legislação é gratuita.

“O exemplo destes países pode ser replicado no universo da União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa, para que os juizes de todos os países, definitivamente, tenham acesso à legislação. Mas não me limito aos juizes, estes benefícios devem apontar igualmente aos magistrados do Ministério Público e advogados”, disse.

Um juiz para cem mil habitantes

Carlos Mondlane disse que o universo de juizes é de um ou três para 100.000 habitantes,

o que mostra que são poucos.

Disse que a média de processos que cada juiz tem de despachar é de cerca de oitocentos por ano. “Temos conseguido. Por isso granjeou simpatia internacional. De modo geral, nos organismos internacionais os moçambicanos têm singrado devido ao comprometimento com o trabalho, e creio que a minha designação para a Direcção da União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa vai nessa tradição.”

AMJ tem eleições em 2023

O presidente da Associação Moçambicana de Juizes disse que ponderava abandonar a agremiação e dedicar-se inteiramente ao novo projecto.

“O mandato da equipa que tive o privilégio de dirigir chega ao fim este ano. Em Fevereiro de 2023, teremos eleições na Associação Moçambicana de Juizes para a designação de novos órgãos sociais. Trabalharemos seguramente com a nova direcção da Associação Moçambicana de Juizes com vista a uma magistratura digna e respeitada.”

A União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa tem sede em Lisboa e é uma Organização internacional que congrega os intervenientes na administração da Justiça de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste e tem como objectivo a consolidação da independência do poder judicial, a dignificação da carreira de juiz, a elevação de valores de ética e deontologia para o cabal desempenho profissional.

Carlos Mondlane é juiz de Direito em Maputo, Moçambique, Doutorado em Direito Privado pelas Universidades Católica de Moçambique e Nova de Lisboa, é também formador no Centro de Formação Jurídica e Judiciária e na Associação Moçambicana de Juizes. **(Neuton Langa)**

Preços de Publicidades

Canalmoz-Diário Digital (preços por edição)

Banner 1º pag.(p/ baixo do logo original)	1.250,00 MT
1/1 pág.	6.250,00 MT
1/2 pág.	2.275,00 MT
1/4 pag.	1.625,00 MT
Rodapé primeira página	1.500,00 MT
Rodapé duplo primeira página	3.750,00 MT
Rodapé páginas 2 em diante	1.250,00 MT
L da página 2 em diante	1.875,00 MT
Lombada de uma coluna pág 2 em diante	1.250,00 MT
Orelha	1.875,00 MT

CANAL DE MOÇAMBIQUE - SEMANÁRIO

(Preços por edição)

1/1 pág.	18.750,00 MT
1/2 pág.	12.500,00 MT
1/4 pág.	7.500,00 MT
1/8 pág.	4.375,00 MT

1/1 pág. (PUBLICIDADE REDIGIDA) – (+100%, MAIS CUSTOS DE PRODUÇÃO)

Rodapé primeira página	6.250,00 MT
Rodapé duplo primeira página	10.000,0 MT
Rodapé páginas 2 em diante	2.500,00 MT
Rodapé última página	5.000,00 MT
Rodapé duplo última página	7.500,00 MT
Orelha primeira página	5.000,00 MT
Orelha última página	3.750,00 MT
Banner primeira página (em cima do logótipo do jornal)	12.500,00 MT
Centrais (preço 1/1 página, x2, +200%)	62.500,00 MT
Capa falsa (1/2 página mais um rodapé na primeira página)	125.000,00 MT
Última página 1/1 página	37.500,00 MT
L da página 2 em diante	7.500,00 MT
Lombada de uma coluna pág 2 em diante	5.000,00 MT

Nota

1– Sobre todas as facturas acresce o IVA (17%)

2– Colocação especial (página específica) + 50%

3– Pagamentos noutras moedas ao câmbio do dia do BCI ou M-pesa

CANAL i, Lda

Av. Maguiguana 1049, R/C, Casa 36000 – Maputo

canalpdfs@gmail.com, (+258) 843135998/ 82 307 3249

cremildeacacio@gmail.com (+258) 847805978